

**Cópia:**

Do acórdão proferido nos autos de Reclamação n.º 3/2024, em que é reclamante **Carolino Dias** e entidade reclamada o **Supremo Tribunal de Justiça**.

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

ACÓRDÃO N.º 37/2024

(Autos de Reclamação por Não-Admissão de Recurso de Fiscalização Concreta 3/2024, Carolino Dias v STJ, Reclamação Sobre Indeferimento de Recurso de Fiscalização Concreta da Constitucionalidade)

I. Relatório

1. Nos presentes autos, em que é reclamante o Senhor Carolino Dias, com os demais sinais de identificação nos autos, tendo sido notificado da decisão do *Acórdão N.117/2023*, de 19 de dezembro, que não admitiu o recurso de fiscalização concreta para o Tribunal Constitucional contra o *Acórdão N. 66/2023*, vem ao abrigo do disposto no artigo 76, número 1, alínea b) e dos artigos 77, 78, 81 e 83 número 5 da Lei nº 56/VI/2005, de 28 de fevereiro, apresentar reclamação e requerer a alteração da decisão de não-admissão de recurso de fiscalização concreta de constitucionalidade, de acordo com as suas alegações por violação dos artigos 211, número 5, e 25, da CRCV, e, em consequência, que se ordene ao órgão judicial reclamado que o mesmo seja admitido;

1.1. O requerimento de interposição do recurso de constitucionalidade, apresentado junto ao Egrégio Supremo Tribunal de Justiça, tem o seguinte teor:

1.1.1. Inicia alegando que o próprio órgão que rejeitou o recurso de fiscalização concreta teria indicado as normas constitucionais objetos de “fiscalização em abstrato” pelo Tribunal Constitucional;

1.1.2. O espírito do fundamento do Supremo Tribunal de Justiça para tal objeção estaria ligado à alegação de que a falta de fundamentação da decisão seria causa de

nulidade da sentença, o que, neste caso, implicaria, em concreto, na automática ausência de esgotamento das vias de recurso. Isso, atendendo que se deveria, antes de recorrer ao Tribunal Constitucional, alegar a nulidade da sentença; inverso ao seu entendimento de que,

1.1.3. A nulidade da sentença seria consequência da violação das normas constitucionais invocadas e que apenas deveria ser declarada pelo Tribunal Constitucional;

1.1.4. O reclamante entende que teria indicado com a devida clarividência as normas violadas, dito de outra forma o artigo 211, número 5, e o artigo 22 da CRCV, nesta senda resultaria que o único recurso à sua disposição seria o da fiscalização junto ao Tribunal Constitucional;

1.1.5. O que tornaria a interpretação do STJ errónea e discrepante ao artigo 211, número 5, da CRCV;

1.1.6. Além de ser contraproducente que se tenha considerado que o Acórdão 66/2023 apenas cingiu-se a “confirmar a decisão proferida na 1ª instância”, o que implicaria que “qualquer questão de inobservância de normas constitucionais devia ser suscitada aquando da interposição do recurso de modo que a mesma pudesse ser objeto de apreciação e decisão ex professo nesse mesmo acórdão”, quando se teria admitido que a inconstitucionalidade teria sido invocada versus o acórdão recorrido;

1.1.7. Em concreto, ter-se-ia interposto o recurso contra a inconstitucionalidade do *Acórdão N. 66/2022*, inclusive, teria havido declaração de voto vencido de um dos Juizes Conselheiros em razão da violação dos artigos suprarreferidos.

1.2. Acrescenta à conclusão, que, além de tudo o que já tinha mencionado preliminarmente, a presente reclamação deve ser considerada procedente e, à vista disso, revogado o acórdão que não admitiu o recurso para o Tribunal Constitucional e a sua substituição por um que o admite.

2. No dia 25 de março, os autos seguiram para vistas do MP, o qual promoveu douto entendimento no sentido de que:

2.1. Confirma-se a decisão reclamada por entender que,

2.1.1. Embora seja notório que o recorrente estaria provido de legitimidade para interpor o recurso e que o mesmo o tenha interposto tempestivamente;

2.1.2. Os demais pressupostos não estariam integralmente reunidos, posto que:

2.1.3. Não se teria cumprido o ônus de suscitar previamente e durante o processo as inconstitucionalidades alegadas;

2.1.4. Não se extrairia dos autos e das alegações de recurso submetidas ao Supremo Tribunal de Justiça de que se teria anteriormente suscitado a eventual falta de fundamentação da sentença e a denegação do acesso à justiça, que só teriam sido invocadas perante o STJ e no âmbito do indeferimento da reclamação.

3. Considerando a questão simples, o JCR não deu vistas aos juízes, tabelando o processo para julgamento, o que veio a acontecer no dia 11 de abril de 2024, dele decorrendo a decisão que segue acompanhada dos fundamentos a seguir arrolados.

II. Fundamentação

1. O reclamante reage contra o Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça que não admitiu o seu recurso de fiscalização concreta de norma inconstitucional eventualmente porque terá interpretado normas do CPC em desconformidade com a Constituição.

1.1. Nos termos do que já vem assentando com as sucessivas decisões nesta matéria, nomeadamente o *Acórdão 4/2017*, de 13 de abril, *Vanda Oliveira v. STJ*, [sobre indeferimento de recurso de fiscalização concreta por intempestividade], Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, n. 27, 16 de maio de 2017, pp. 650-659; *Acórdão 20/2019*, de 30 de maio, *Edílio Ribeiro da Cruz v. TRS*, sobre indeferimento de recurso de fiscalização concreta por intempestividade, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, n. 79, 22 de julho de 2019, pp. 1214-1223; *Acórdão 35/2019*, de 18 de outubro, *Alírio Vieira Barros e Outros v. TRS*, sobre indeferimento de recurso de fiscalização concreta por não aplicação de norma impugnada, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, n. 110, 29 de outubro de 2019, pp. 1813-1824; *Acórdão 12/2020*, de 16 de abril, *Ana Brazão Gocht v. STJ* [sobre indeferimento de

recurso de fiscalização concreta da constitucionalidade por não suscitação de questão de inconstitucionalidade de forma processualmente adequada], Rel: JP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, n. 86, 23 de julho de 2020, pp. 1786-1792; *Acórdão 01/2021, de 12 de janeiro, Alex Saab v. STJ, sobre indeferimento de recurso de fiscalização concreta [por não esgotamento dos recursos ordinários]*, Rel: JC Aristides R. Lima, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, n. 25, 8 de março de 2021, pp. 832-836, esta Corte Constitucional considera que tem o dever de analisar os fundamentos decisórios da decisão reclamada, mas também que é livre para decidir definitivamente a respeito da admissão ou inadmissão de um recurso de fiscalização concreta da constitucionalidade, pronunciando-se sobre as demais condições.

1.2. Assim, a técnica de aferição de reclamações por indeferimento de recurso de fiscalização concreta decorrentes de decisões tomadas por tribunais judiciais, impõe que o Tribunal Constitucional;

1.2.1. Primeiro, avalie, de forma prejudicial, se a reclamação pode ser admitida por estar debaixo de sua jurisdição, por ter sido interposta por quem tenha legitimidade e por ser oportuna e, naturalmente, se a própria petição preenche os requisitos formalmente exigidos pela lei;

1.2.2. Segundo, se o fundamento utilizado pelo órgão judicial recorrido para não admitir é idóneo a justificar a decisão; e,

1.2.3. Terceiro, se os demais pressupostos e requisitos de admissibilidade do recurso de fiscalização concreta da constitucionalidade estão também preenchidos;

1.2.4. Porém, isso só se torna possível se o Tribunal Constitucional lograr identificar alguma norma que haja sido aplicada ou desaplicada pela decisão impugnada, já que sem a mesma não se consegue verificar se a inconstitucionalidade foi suscitada de modo processualmente adequado, se ela foi efetivamente aplicada como razão de decidir e muito menos se o recurso tem viabilidade ou utilidade;

2. No que concerne à primeira questão que indaga sobre a admissibilidade da própria reclamação:

2.1. O artigo 84 da principal lei de processo constitucional reconhece competência ao Tribunal Constitucional para decidir reclamações que sejam colocadas de decisões de órgão judiciais que não admitam um recurso de fiscalização concreta da constitucionalidade.

2.2. Não subsistindo, também, quaisquer dúvidas de que o reclamante possui legitimidade, porquanto interpôs o presente recurso constitucional, que não foi admitido, contrariamente ao aspirado, derivando disso o seu interesse em agir à luz do número 1 do artigo 25 do Código de Processo Civil.

2.3. Dado que a decisão de não admissão de 19 de dezembro de 2023 foi notificada ao reclamante no dia 22 de janeiro de 2024 e a sua reclamação deu entrada na secretaria do órgão recorrido no dia 29 de janeiro – antes, pois, do prazo de dez dias previsto pela legislação aplicável, visto que o diploma que contém a organização, funcionamento e processo do Tribunal Constitucional é insuficiente nesta matéria é de se convocar o número 1 do artigo 599 do Código de Processo Civil – ela é oportuna.

2.4. O que permitiria que o Tribunal apreciasse a procedência da reclamação, confrontando as alegações do reclamante com os fundamentos decisórios articulados pelo Egrégio Tribunal recorrido para não admitir o recurso de fiscalização concreta da constitucionalidade.

3. Mas, para isso, atendendo à natureza desse fundamento, haveria, primeiro, que se identificar a norma que o reclamante pretende impugnar.

3.1. Como já se disse, ao reclamante cabia colocar essa questão na peça de reclamação ou de ser possível ao Tribunal Constitucional identificá-la a partir da leitura da peça de interposição do recurso. A este respeito o *Acórdão 15/2017, de 26 de julho, INPS v. STJ, sobre a constitucionalidade do prazo recursal de cinco dias em processo laboral*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, n. 35, 6 de junho de 2018, pp. 844-856, já tinha considerado que para se viabilizar um recurso de fiscalização concreta é imperioso que exista norma, que ela seja identificável e identificada, que tenha sido aplicada pelo órgão judicial e que haja sido especificamente suscitada no processo.

3.2. O reclamante, no âmbito da sua reclamação, não identifica a norma que terá sido aplicada pelo tribunal recorrido cuja inconstitucionalidade se pretende que o Tribunal Constitucional aprecie e decida, pois nas exposições limita-se a alegar que:

3.2.1. O recurso teria que ver com o facto de, alegadamente, o órgão judicial recorrido ter dado uma interpretação errónea e contrária aos artigos 211, número 5, e 22 da CRCV;

3.2.2. Resultaria evidente que a “interpretação do STJ é errada e vai contra a própria CR (211º, n.º 5)”;

3.2.3. Teria “indicado claramente as normas constitucionais violadas (art.º 211º, n.º 5 e 22º da CR) e quando é assim a única via de recurso que tem é a do recurso de fiscalização junto do TC”;

3.2.4. Seria a nulidade da sentença “consequência da violação das normas constitucionais invocadas e, no caso, só pode ser declarada pelo próprio, TC”;

3.3. Depois de analisar todas as peças protocoladas várias vezes o Tribunal não consegue identificar, do arrazoado utilizado, nenhuma norma que tenha sido impugnada por inconstitucionalidade, o que dista e muito da norma constitucional que se reputa atingida pela norma ou interpretação normativa legal infraconstitucional.

3.3.1. O reclamante centra-se no que designa serem interpretações inconstitucionais e até, por vezes, ilegais, imputando condutas portadoras de tais vícios ao órgão judicial recorrido, sem que uma única vez tenha definido qual a norma aplicada que seria inconstitucional;

3.3.2. De tal sorte que, em retrospectiva, este Coletivo pergunta-se se não se terá equivocado no recurso constitucional, estruturando uma peça de interposição de fiscalização concreta da constitucionalidade como se de uma petição de amparo se tratasse;

3.3.3. Em concreto, parece impugnar a decisão prolatada pelo Egrégio STJ considerando-a de fundamentação deficitária que teria limitado a transcrever a decisão impugnada;

3.3.4. Na peça de interposição do recurso de fiscalização concreta da constitucionalidade alega que “a sentença viola, manifestamente, a CR, (...)” e deve ser declarada inconstitucional”. Ocorre que, como o Tribunal já havia asseverado em outras ocasiões, em processo de fiscalização concreta de constitucionalidade não se escrutinam decisões judiciais enquanto tais, e muito menos se declara a inconstitucionalidade de sentenças, mas, antes e somente, das normas, reais ou hipotéticas, que são utilizadas para as fundamentar, pois nos termos do que já tinha ficado assentado no *Acórdão 39/2021, de 30 de agosto, Alex Saab v. STJ, referente a aplicação de normas inconstitucionais no julgamento de detenção de pessoa, no julgamento do processo de extradição e na autorização de extradição e recusa de aplicação de norma hipotética decorrente de instrumentos regionais por inconstitucionalidade*, Red: JC Pina Delgado, JC Lima e JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 100, 15 de outubro de 2021, pp. 2508-2570, 3.2.9. (A): “o objeto da impugnação do recorrente neste segmento não é um enunciado deôntico que, em todo o caso, não decorre do que se expôs, mas é um segmento da parte dispositiva do acórdão recorrido. Por conseguinte, não está em causa neste caso, um princípio normativo que legitima a decisão, que não é construído pelo próprio recorrente, mas o próprio mérito da decisão, um elemento do ato judicial recorrido que não pode ser escrutinado pelo Tribunal Constitucional em sede de fiscalização concreta da constitucionalidade”. Sem acesso a essas normas, não se pode prosseguir.

4. Deixando incompreensivelmente este ónus ao próprio Tribunal Constitucional, que, não obstante a sua boa vontade, não pode, nem consegue identificar com a certeza exigível as pretensões do reclamante em termos de se saber qual a norma objeto da fiscalização concreta da constitucionalidade. Poderia dizer-se que seria um dos artigos do CPC que cita, o que até permitiria verificar se efetivamente foram aplicados pelo órgão judicial recorrido, nos termos do *Acórdão 29/2019, de 16 de agosto, Arlindo Teixeira v. STJ, referente a norma prevista pelo número 1 do artigo 2º da Lei nº 84/VI/2005, referente ao princípio da realização de audiências públicas nos tribunais, e da garantia de audiência pública em processo criminal, bem como a garantias a um processo equitativo, ao contraditório e à ampla defesa*, Rel. JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, n. 100, 24 de setembro de 2019, pp. 1618-1653, 3.2; e do *Acórdão 35/2019, de 18 de outubro, Alírio Vieira Barros e Outros v. TRS, sobre indeferimento de recurso de fiscalização concreta por não aplicação de norma impugnada*, Rel: JC Pina Delgado, 1.5, mas não consegue sequer aproximar-se de conseguir identificar uma norma

composta por uma previsão e por uma estatuição que teria servido de fundamento à decisão tomada pelo órgão judicial recorrido para julgar improcedente o recurso do reclamante. O Tribunal Constitucional só se consegue deparar com imputações de condutas inconstitucionais promovidas por via da interpretação de preceitos legais e nada mais.

4.1. A indicação da norma à qual se imputa vício de inconstitucionalidade é a condição mais importante, senão a decisiva, que recorrentes em sede de fiscalização concreta da constitucionalidade devem satisfazer. Porque é isso que delimita o objeto do recurso de fiscalização concreta, recurso de impugnação de normas, não de condutas ou que sirva de meio para que alguém possa demonstrar a sua inconformação com os termos de uma decisão judicial. E, porque o Tribunal não pode conhecer além do pedido de fiscalização de norma jurídica solicitado, não pode em caso algum fazer tal construção, sendo esta tarefa única e exclusiva de quem pretenda a fiscalização de uma norma jurídica.

4.2. Assim, em relação à(s) norma(s) cuja inconstitucionalidade se pretende que o Tribunal Constitucional aprecie, sendo elemento decisivo e insuprível que fixa o objeto do recurso à luz do número 2 do artigo 62 e do artigo 78 da sua Lei, incumbe ao recorrente indicá-la(s) com a máxima precisão. Trata-se de exigência que justifica especial atenção do Tribunal precisamente para garantir que, neste tipo de processo, na medida em que não se trata de meio idóneo de escrutínio geral de condutas promovidas pelos tribunais judiciais, mas meio específico de controlo constitucional de normas, somente possam tramitar impugnações de natureza constitucional que tenham esse objeto. E tal orientação não só é aplicável, como se agrava mais ainda nas situações em que o objeto da impugnação constitucional é uma interpretação lançada a preceitos legais pelos tribunais judiciais da qual resulta um enunciado deôntico (*Acórdão 9/2018, de 23 de maio, INPS v. STJ: Pedido de Aclaração e de Reforma do Acórdão*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, n. 35, 6 de junho de 2018, pp. 856-869, 4.2), porque em tais situações o que o Tribunal sindicava é um determinado sentido normativo que, de forma expressa ou implícita, o órgão judicial recorrido utilizou para decidir uma questão jurídica que tenha sido levada à sua apreciação. Especialmente em tais casos, nos quais um recorrente pretenda pedir o escrutínio de sentidos interpretativos aplicados por tribunais e não de uma prescrição em si considerada, cabe-lhe, na medida em que vedado a esta

Corte fazê-lo em razão do princípio do pedido vertido para o número 2 do artigo 62 da Lei do Tribunal Constitucional, indicar a norma. Decorrendo desse preceito que não se pode declarar inconstitucional qualquer norma cuja fiscalização não tenha sido requerida, é do recorrente o ónus de construir essa norma da forma mais precisa possível, definindo os seus contornos específicos, etapa sem o qual esta instância de controlo de compatibilidade normativa simplesmente não pode prosseguir, como já se salientou em outras ocasiões, máxime *no Acórdão 15/2017, de 26 de julho, INPS v. STJ, sobre a constitucionalidade do prazo recursal de cinco dias em processo laboral*, Rel: JC Pina Delgado, 2.2.1.

4.3. A razão é muito simples. O recurso de fiscalização concreta da constitucionalidade foi construído para, essencialmente, evitar que normas jurídicas incompatíveis com a Constituição sejam aplicadas em situações concretas decorrentes de processos judiciais ordinários determinando o desfecho de um processo em prejuízo de um jurisdicionado. O seu objeto natural seria tão-somente um enunciado deôntico considerado a partir da sua aceção mais evidente, apurada de acordo com as técnicas de interpretação jurídica partilhadas. No sistema cabo-verdiano, para outras condutas, sem conteúdo normativo, que decorram de atos ou omissões do poder judicial, está disponível o recurso de amparo, desde que esteja em causa violação de direito, de liberdade ou de garantia. Neste sentido, não há qualquer necessidade estrutural de transformar o recurso de fiscalização da constitucionalidade numa queixa constitucional tradicional. Ainda assim, o Tribunal mantém a tradição da jurisdição constitucional cabo-verdiana desenvolvida pelo Supremo Tribunal de Justiça enquanto Tribunal Constitucional de aceitar tramitar desafios lançados a aceções normativas decorrentes de normas efetivamente aplicadas pelos tribunais e não somente das normas em si consideradas, o que, por si só, já corresponde a uma interpretação bastante generosa do sistema de acesso à justiça constitucional (*Acórdão 9/2018, de 23 de maio, INPS v. STJ: Pedido de Aclaração e de Reforma do Acórdão*, Rel: JC Pina Delgado, 4.2), mas é até onde pode ir, não reconhecendo a possibilidade de se transformar um meio processual de fiscalização normativa de constitucionalidade, num meio de proteção contra condutas lesivas de direito que não contemplem esta dimensão (*Acórdão 15/2017, de 26 de julho, INPS v. STJ, sobre a constitucionalidade do prazo recursal de cinco dias em processo laboral*, Rel: JC Pina Delgado, 2.2.1; *Acórdão 9/2018, de 23 de maio, INPS v. STJ: Pedido de Aclaração e de Reforma do Acórdão*, Rel: JC Pina Delgado, 4.5; *Acórdão 35/2019, de 18*

de outubro, Alírio Vieira Barros e Outros v. TRS, sobre indeferimento de recurso de fiscalização concreta por não aplicação de norma impugnada, Rel: JC Pina Delgado, 2; *Acórdão 12/2020, de 16 de abril, Ana Brazão Gocht v. STJ [sobre indeferimento de recurso de fiscalização concreta da constitucionalidade por não suscitação de questão de inconstitucionalidade de forma processualmente adequada]*, Rel: JP Pinto Semedo, 5.3), e muito menos como um meio recursal ordinário de correção de decisões do poder judicial ordinário em matérias que não tenham natureza constitucional (*Acórdão 15/2017, de 26 de julho, INPS v. STJ, sobre a constitucionalidade do prazo recursal de cinco dias em processo laboral*, Rel: JC Pina Delgado, 1), pois, num caso ou noutro, como já se venceu, o Tribunal Constitucional não pode subverter a ordem constitucional pronunciando-se, de modo inadequado, sobre matérias sobre as quais não tem competência ou por via de processo inapto a desencadear o tipo de controlo pretendido por um recorrente, na medida em que incidente sobre conduta e não sobre norma (*Acórdão 9/2018, de 23 de maio, INPS v. STJ: Pedido de Aclaração e de Reforma do Acórdão*, Rel: JC Pina Delgado, 4.2).

Ciente da possibilidade de ocorrerem utilizações abusivas desta espécie de processo constitucional – de tramitação muito mais morosa do que o recurso de amparo – para propósitos processualmente escusos, quando se está perante uma situação desta natureza exige-se que se defina com a máxima precisão a norma hipotética, pressuposto que permitirá verificar se, de facto, a sua inconstitucionalidade foi suscitada de forma processualmente adequada no processo, nomeadamente na primeira oportunidade processual que o recorrente teve, para evitar utilização espúria de última hora somente para viabilizar o acesso ao Tribunal Constitucional e para garantir que os órgãos judiciais que a aplicaram tiveram a oportunidade de sobre ela se pronunciarem (*Acórdão 15/2017, de 26 de julho, INPS v. STJ, sobre a constitucionalidade do prazo recursal de cinco dias em processo laboral*, Rel: JC Pina Delgado, 2.1.6; *Alírio Vieira Barros e Outros v. TRS, sobre indeferimento de recurso de fiscalização concreta por não aplicação de norma impugnada*, Rel: JC Pina Delgado, 1.7; *Acórdão 12/2020, de 16 de abril, Ana Brazão Gocht v. STJ [sobre indeferimento de recurso de fiscalização concreta da constitucionalidade por não suscitação de questão de inconstitucionalidade de forma processualmente adequada]*, Rel: JP Pinto Semedo, 5.3), e se ela foi efetivamente aplicada pelos mesmos como razão de decidir, afastando-se, por um lado, escrutínios incidentes sobre normas fictícias construídas sem que tenham a devida conexão com a

decisão judicial ou resultantes de extrapolações indevidas em relação às mesmas (v. *Acórdão 29/2019, de 16 de agosto, Arlindo Teixeira v. STJ, referente a norma prevista pelo número 1 do artigo 2º da Lei nº 84/VI/2005, referente ao princípio da realização de audiências públicas nos tribunais, e da garantia de audiência pública em processo criminal, bem como a garantias a um processo equitativo, ao contraditório e à ampla defesa*, Rel. JC Pina Delgado, 3.2) ou exercícios meramente acadêmicos de sindicância de normas mencionadas textualmente ou presuntivamente, mas que não se constituíram em fundamentos justificantes do veredito judicial.

4.4. Se a exigência de determinação precisa da norma se impõe a recorrentes em sede de fiscalização concreta da constitucionalidade, não foi o que aconteceu no presente caso.

4.5. Assim, não tendo construído a norma impugnada fica difícil a este Tribunal avaliar as outras condições, precisamente porque se o reclamante não precisa a norma, obsta, por culpa própria, à necessária determinação sobre se ela foi suscitada de forma processualmente adequada no processo-pretexto. Assim, embora *a priori* se pudesse vir a considerar que eventualmente o motivo do indeferimento não tivesse procedência pelos motivos alegados pelo recorrente, na medida em que a reclamante não se deu ao trabalho de construir essa norma, o Pretório Constitucional não pode proceder ao juízo de saber se a inconstitucionalidade de eventual norma foi suscitada de forma processualmente adequada de tal sorte a que o órgão judicial recorrido dela tivesse de conhecer.

4.6. Assim, faltando aquele pressuposto de extrema importância e estes outros cuja verificação de conformidade não se consegue avaliar por falta daquele, outra conclusão não pode ser tirada que não seja de que a presente reclamação não procede, na medida em que não cumpre todos os pressupostos e requisitos legalmente exigíveis, não tendo o reclamante indicado com precisão a norma que desafia por inconstitucional.

III. Decisão

Pelo exposto, os juízes do Tribunal Constitucional, reunidos em plenário, decidem não conhecer a reclamação, por o reclamante não ter indicado nos autos com o mínimo de precisão exigível a norma hipotética cuja constitucionalidade pretenderia que o

Pretório Constitucional escrutinasse e que o órgão judicial reclamado alega não ter sido suscitada de forma processualmente adequada, assim inviabilizando a sua apreciação.

Custas pelo reclamante que se fixa em 15.000\$00CV (quinze mil escudos) ao abrigo dos números 3 e 4 do artigo 94 da Lei do Tribunal Constitucional e 127 do Código de Custas Judiciais, aplicados com as devidas adaptações em função da natureza constitucional e especial do processo de fiscalização concreta da constitucionalidade.

Registe, notifique e publique.

Praia, 14 de maio de 2024

José Pina Delgado (Relator)

Aristides R. Lima

João Pinto Semedo

ESTÁ CONFORME

Secretaria Judicial do Tribunal Constitucional, aos 14 de maio de 2024.

O Secretário,

João Borges